

BR do Mar deve ser enviada ao Congresso nesta semana

O projeto do governo também deverá concorrer com um texto apresentado em junho pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO)

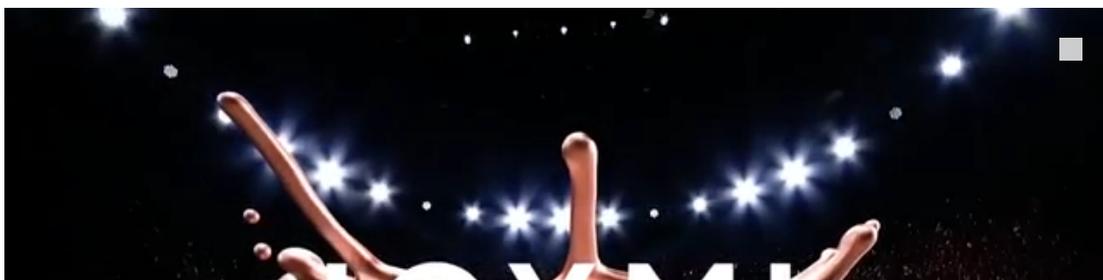
Por Taís Hirata — De São Paulo

29/07/2020 05h01 · Atualizado há 3 semanas

(Este texto foi alterado em sua versão digital. O Ministério da Infraestrutura fez alterações no projeto de lei que permitem o afretamento de embarcações estrangeiras sem necessidade de lastro, em diversas modalidades. A pasta não defende que o afretamento só possa ser feito com lastro em frota nacional)

O governo federal planeja enviar ainda nesta semana ao Congresso Nacional o projeto de lei que altera as normas do mercado de cabotagem. O programa de estímulo ao setor, chamado “BR do Mar”, tem como objetivo desenvolver o modal aquaviário e ampliar sua participação no transporte de cargas do país.

PUBLICIDADE



O projeto do governo também deverá concorrer com um texto apresentado em junho pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que propõe uma abertura ainda maior do mercado.

A principal controvérsia da BR do Mar é em relação à necessidade de as empresas terem frota brasileira para poderem arrendar navios estrangeiros.

O Ministério da Infraestrutura chegou a defender uma proposta mais restrita, na qual havia exigências maiores para que as empresas pudessem recorrer a navios internacionais apenas com lastro em frota nacional, para garantir um volume mínimo de navios na costa do país.

Na versão final do texto, porém, houve uma liberação grande em relação ao tema, após críticas à restrição. No projeto que será enviado ao Congresso, haverá diferentes possibilidades de afretamento de navios estrangeiros sem necessidade de uma frota nacional.

A primeira delas será o chamado afretamento a casco nu - em que a empresa utiliza o navio, mas com tripulação brasileira. Nessa modalidade, a ideia é que haja um período de transição de três anos. Após esse prazo, será possível fazer o afretamento do navio sem qualquer lastro, ou seja, qualquer grupo poderá iniciar uma operação dentro dessa modalidade.

Outra modalidade é o afretamento por tempo, que é considerada a mais atrativa pelas companhias, porque o navio, que neste caso é utilizado por um período determinado, pode ter tripulação estrangeira, que é duas vezes mais barata do que a brasileira, segundo operadores.

Neste caso, haverá também um afrouxamento grande em relação à exigência de lastro. Caso a companhia firme um contrato de transporte de longo prazo, por exemplo, poderá fazer o afretamento para atendimento exclusivo esse acordo sem

necessidade de lastro. O mesmo se aplicará no caso de operações especiais - de tipo, rota ou mercado ainda não existente no país.

As empresas também poderão afretar navios estrangeiros para substituir embarcações em reparo e manutenção.

Caso os navios estejam em construção, também haverá brechas: caso a embarcação esteja sendo construída em um estaleiro brasileiro, a companhia poderá afretar navios com capacidade de 200% do que estiver em construção; caso esteja sendo feito em estaleiro estrangeiro, o afretamento será equivalente a 100% do navio encomendado.

A exigência de um lastro nacional para o afretamento estrangeiro foi muito criticada por empresas menores e associações de usuários. Eles alegavam que a restrição manteria a atual concentração do mercado — como as companhias grandes já têm navios nacionais, teriam mais facilidade para afretar navios estrangeiros com custos mais baixos. No projeto da senadora, essa queixa foi atendida, e há uma liberação do afretamento sem necessidade de lastro.

Um dos maiores críticos ao projeto federal tem sido Abrahão Salomão, sócio da Posidonia (empresa pequena do setor) e diretor da Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística. Para ele, a manutenção da exigência reforça a situação atual. “É um programa em prol dos grandes grupos. Se houver uma liberação, não haverá falta de navios na costa, porque as empresas menores, que são mais de 30, atuam só no Brasil.”

Já para a presidente da Mercosul Line, Luiza Bublitz, essa restrição é importante para fazer jus aos investimentos bilionários feitos nos últimos anos pelos grandes operadores, que tiveram que adquirir embarcações nacionais para operar. “Temos uma preocupação de que as condições sigam justas, para não prejudicar justamente as companhias que, nos últimos dez anos, investiram quase R\$ 2 bilhões na cabotagem”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

HONDA

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Fale com um consultor e acerte na escolha
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

O Banco do Brasil agora é BriviaDez
BRIVIADEZ

LINK PATROCINADO

Empresários de Rio De Janeiro saíram da crise vendendo com esse app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

É por isso que você deve dormir com um dente de alho embaixo do travesseiro
CONSELHOS E TRUQUES

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Estudioso de Stanford aponta semelhanças entre Trump e Bolsonaro

VALOR INVESTE

Parte dos trabalhadores dos Correios faz greve por tempo indeterminado

VALOR INVESTE

Magazine Luiza: 'Não se surpreendam com o negócio que podemos comprar'

Mais do Valor **Econômico**

Indústrias vencem no STF disputa bilionária contra importadores

Supremo aceita dupla cobrança de IPI sobre produtos importados

22/08/2020 21:06 — Em Legislação

Secex suspende licenças de importação para 210 produtos

Portarias foram editadas entre 25 de junho e 20 de julho e abrangem produtos que movimentaram US\$ 5,6 bilhões no ano passado

22/08/2020 20:45 — Em Brasil

Pressão por lucro barra contratações na divisão Alexa da Amazon

Contratações tinham diminuído nos últimos dois anos, mas as restrições atuais são bem mais severas, dizem fontes



22/08/2020 20:34 — Em Empresas

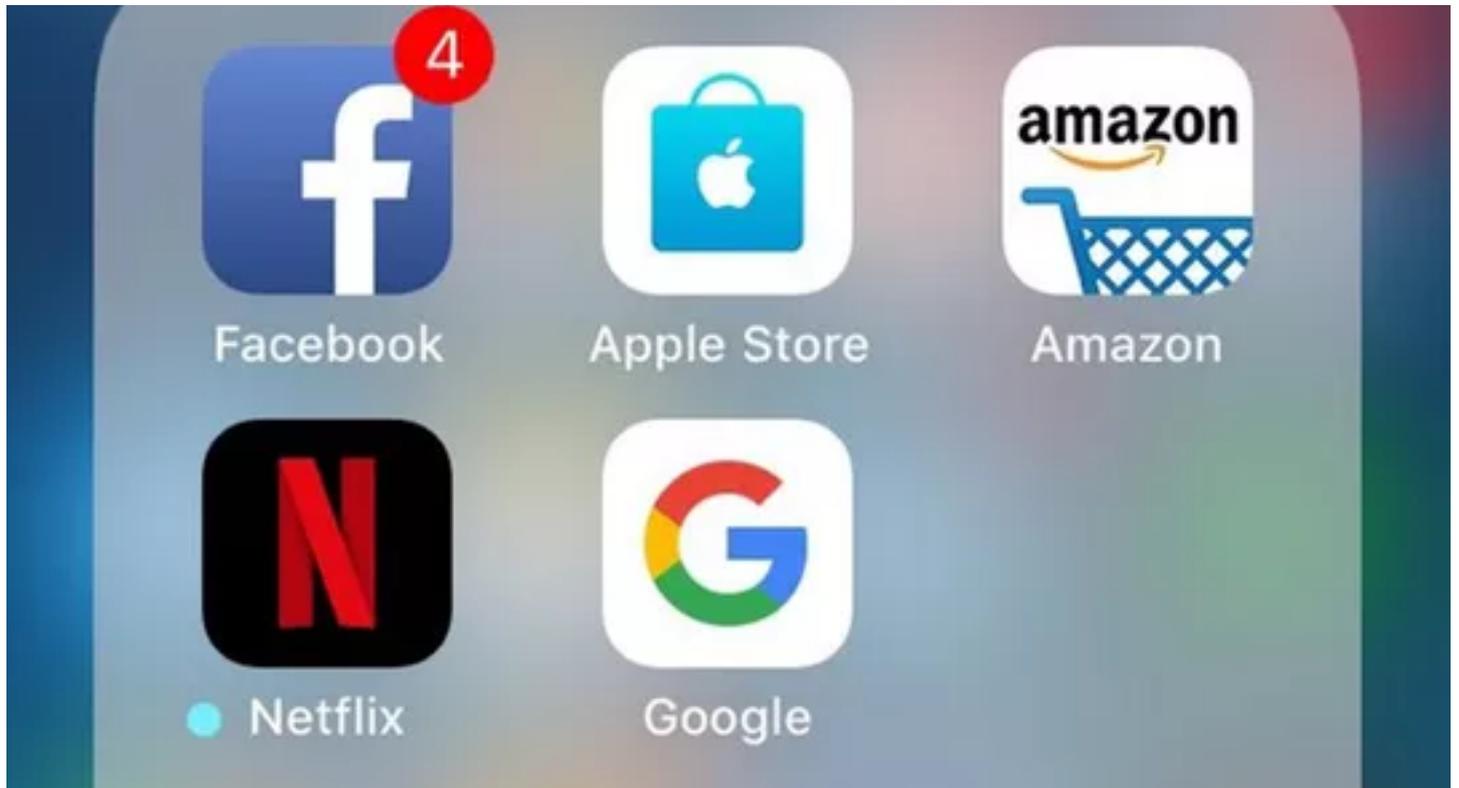
Teto de gastos é atentado contra povo brasileiro, escreve Dilma Rousseff

Ex-presidente escreveu carta em resposta a editorial publicado pelo jornal "Folha de S.Paulo"

22/08/2020 20:20 — Em Política

Dona do Google considerou consórcio para compra do TikTok

Alphabet avaliou assumir participação minoritária em um consórcio para investir no aplicativo



22/08/2020 19:35 — Em Empresas

Squadra questiona euforia com IPOs de subsidiárias de empresas listadas

Para a gestora de recursos, decisões que fazem sentido para a holding frequentemente não são as melhores para a subsidiária de capital aberto



22/08/2020 19:18 — Em Finanças

[VEJA MAIS](#)